

Povos Indígenas no Brasil

Fonte O Liberal Class.: Timbiras 91
Data 20/04/93 Pg.: _____

Índio protesta na praça com a dança da tristeza

A tristeza foi manifestada, ontem, na dança dos índios Tembê e Timbiras, na Praça da República, como uma forma de protesto para salvar suas terras, ameaçadas pelos colonos e madeireiros.

Os índios estão em Belém desde o dia 19 de abril com objetivo de chamar a atenção dos "brancos" para o grave problema que estão passando em suas aldeias, com a invasão de suas terras.

Eles pretendem levar o fato para ser discutido na Assembléia Legislativa no dia 27 deste mês, a partir das 19:00 horas. "Caso os parlamentares não resolvam a nossa situação, todos os índios do Brasil irão se reunir e lutar, através de suas próprias armas, para salvar suas terras, ameaçadas por esses invasores", declarou o cacique Caremê, da aldeia Tembê, acrescentando que a dança da tristeza é apresentada em sua tribo quando estão com algum problema.

Área invadida

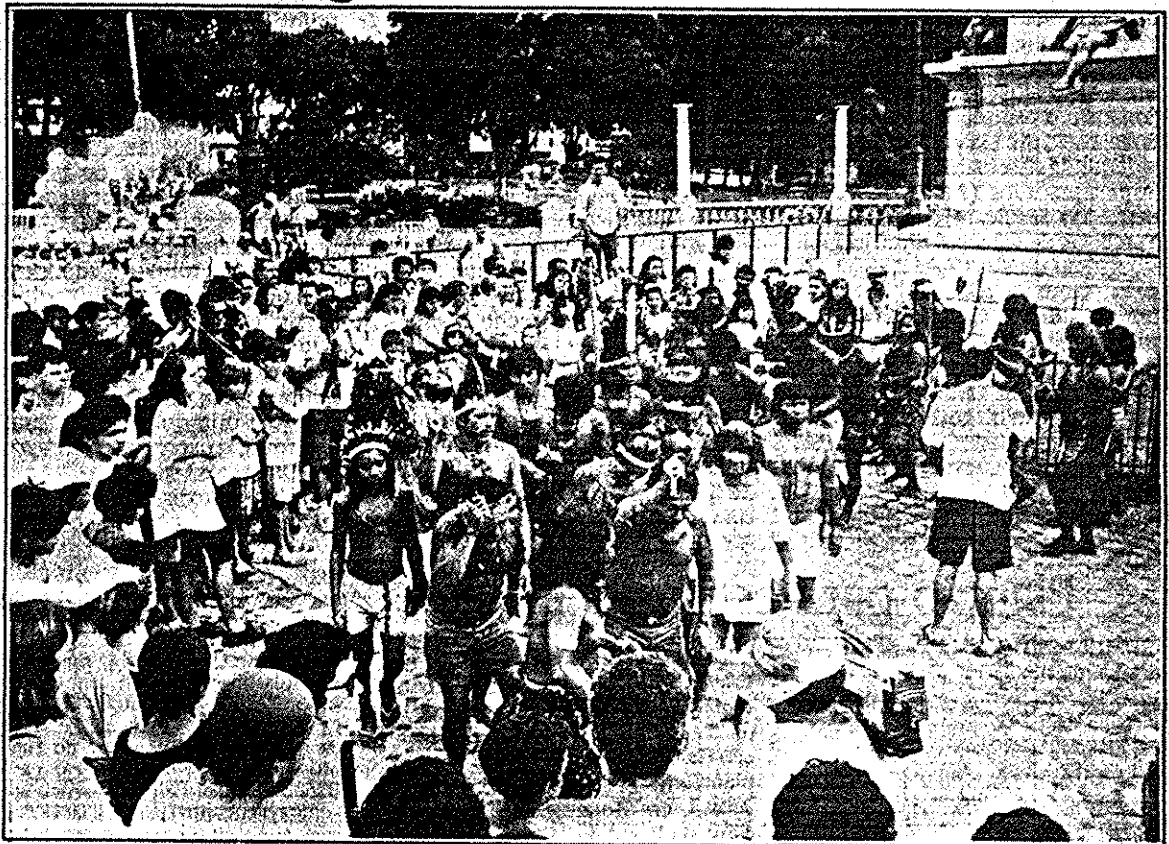
Segundo o chefe do Posto Indígena Alto Rio Guamá, Dilson Marinho, a aldeia dos Tembê localiza-se no Alto Rio Guamá, fronteira com o Maranhão. Ele informou que existem, atualmente, cerca de 3 mil famílias de invasores na área. Quanto ao número de madeireiros, Dilson Marinho não soube dizer. "40% dessa reserva estão invadidas", afirmou.

"Com a invasão, a nossa mata está sendo destruída. Eles queimam a floresta. Já começa faltar o nosso alimento", declarou o cacique. Conforme ele denunciou, ultimamente, os madeireiros estão jogando veneno nos rios para matar não só os peixes como também os próprios índios. Muitos já tiveram graves problemas de saúde.

As terras desses índios foram demarcadas na década de 70, assim informou Dilson Marinho, porém, está faltando a homologação do governo federal.

Demarcação

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) divulgou uma nota, ontem, por ocasião da manifestação dos índios na Praça da República. Segundo o informe, o ministro da Justiça, Mauricio Corrêa, está se recusando a assinar qualquer portaria para demarcação de terras indígenas, já que poderá aumentar ainda mais as despesas da



Tembê e Timbiras fazem protesto para salvar suas terras ameaçadas por invasores. Dançando.



Mulheres e seus filhos também participaram do protesto

União, com o pagamento de indenizações a ocupantes ilegais.

O ministro disse também que não tem assinado as propostas de demarcação das áreas onde existem povoados, sob o argumento de que estaria criando problemas às famílias, que estão nas áreas há muitos anos. A justificativa para a recusa do ministro em assinar as portarias para a demarcação é a de que o governo não tem condições financeiras de

cumprir o dispositivo constitucional, que obriga a União a demarcar todas as áreas indígenas até 5 de outubro deste ano.

O Cimi lamenta esse fato e afirma que esses argumentos não procedem pela seguinte razão: a declaração dos limites das terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas é um ato administrativo de competência exclusiva do ministro da Justiça. Este ato é condição básica para que

ocorra a demarcação física das áreas. Trata-se de uma determinação da Constituição Federal, que reconhece o direito originário dos índios sobre as terras que ocupam.

Sem recursos

A dotação de recursos é um segundo passo, que não impede a assinatura das portarias para a demarcação. A Funai, há um ano, solicitou 110 bilhões de cruzeiros para a demarcação das terras indígenas. O governo Collor cortou, na época, 90% deste montante ao enviar seu projeto de Orçamento da União para 1993 ao Congresso. Essa iniciativa foi mantida pelo governo Itamar, embora pudesse tê-la alterado quando modificou a proposta original orçamentária.

O governo pode requerer ao Congresso a abertura de créditos suplementares para a demarcação e a desinstituição dos ocupantes não-índios das áreas indígenas. Não há outro caminho, senão cumprir a lei, sob pena do adiamento das soluções de conflitos entre índios e não-índios. Não pode o poder público se prestar a alimentar a insegurança dos cidadãos e colaborar na ofensa dos direitos indígenas.